

**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL
AGÊNCIA INTERAMERICANA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), segundo estabelece o artigo 98 da Carta da Organização, é a instância responsável perante o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) pelos programas, projetos e atividades de cooperação. A Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) é um órgão subsidiário do CIDI, que determina as políticas e orientações da AICD em suas reuniões ordinárias ou extraordinárias e nas reuniões setoriais em nível ministerial ou equivalente nas áreas de sua competência. A AICD foi estabelecida pela Assembléia Geral em junho de 1999 e iniciou os seus trabalhos em janeiro de 2000. Sua finalidade é promover, coordenar, gerir e facilitar o planejamento e execução de programas, projetos e atividades de cooperação solidária na OEA, em conformidade com o Plano Estratégico de Cooperação Solidária.

No ano de 2002, a AICD prosseguiu em seus constantes esforços para dotar-se de melhores capacidades, que lhe permitissem implementar projetos de desenvolvimento de alta qualidade para satisfazer as necessidades vitais de desenvolvimento dos Estados membros. Trabalhou também para que estes pudessem atrair financiamento externo, e se tornassem mais eficientes e eficazes na gestão de seus recursos, apoiando os esforços de desenvolvimento da região.

O principal impulso observado nesse período foi representado pelas seguintes ações: a etapa inicial, encerrada com êxito, do Portal Educacional das Américas, a partir do qual se ofereceram oportunidades de aprendizagem à distância para as zonas rurais mais pobres e desassistidas do Hemisfério; a expansão do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, com a qual se conseguiu um aumento de 1.176 bolsas em 2001 para 3.721 em 2002; a consolidação da metodologia do Programa de Melhores Práticas Governamentais, cuja finalidade é incentivar a cooperação multilateral entre os governos da região; e o fortalecimento do Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI), que se transformará em um ponto focal para a integração básica das operações da AICD e para a implementação dos mandatos políticos aprovados nas reuniões de Ministros ou Altas Autoridades das áreas setoriais do CIDI.

Importa destacar os esforços para aperfeiçoar o FEMCIDI como fundo de doações para o desenvolvimento, que exerça um efeito realmente multiplicador para a região. Igualmente importante é a preocupação com o significado real do CIDI como Conselho de Desenvolvimento da OEA, com o mandato de concentrar-se no desenvolvimento integrado e na cooperação solidária. Embora o Plano Estratégico de Cooperação Solidária enumere oito áreas em que se podem empreender atividades, também instrui a AICD para que integre o seu enfoque. A Agência também deve integrar seus vários instrumentos, o fundo de doações para o desenvolvimento, seus recursos para bolsas de estudo e treinamento e seus esforços para acelerar a reprodução das práticas ótimas. Ao enfatizar as doações para o desenvolvimento e não os empréstimos, o FEMCIDI vem a constituir o instrumento lógico para alcançar essa integração.

Desde sua criação, a AICD adotou uma série de medidas para fortalecer o FEMCIDI como fundo efetivo de desenvolvimento. Em 2001, adotaram-se medidas para dar-lhe acesso a um financiamento plurianual baseado em objetivos de desenvolvimento (e não em projetos de um ano). Em princípios de 2002, a Junta Diretora aprovou a alocação de uma parte do fundo de reserva para a avaliação de projetos, essencial para

obter credibilidade junto às fontes de financiamento. Embora estas medidas fortaleçam o FEMCIDI substancialmente como fundo de desenvolvimento, é necessário tomar medidas para reduzir o grande número de projetos que os Estados membros lhe apresentam e, igualmente, modificar os critérios de aprovação para que se possa atender melhor às necessidades de desenvolvimento prioritárias do Hemisfério.

Em maio e junho de 2002, realizaram-se duas reuniões de planejamento regional no Caribe e na América Central para uma discussão em torno do conceito de fixação de prioridades regionais plurianuais, com as quais fosse possível usar mais efetivamente os recursos de doações do FEMCIDI para a cooperação intrarregional, do fomento de uma cooperação mais efetiva e de uma função de fundo semente, com a finalidade de usar o FEMCIDI para atrair co-financiamento. As duas reuniões foram realizadas em conjunto com os bancos de desenvolvimento sub-regionais, o Banco de Desenvolvimento do Caribe e o Banco Centro-Americano para a Integração Econômica. Ambas tiveram a cooperação de organismos de integração sub-regional, a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Secretaria da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA).

Essas mudanças produzirão importantes benefícios colaterais para a direção da AICD e para sua função na OEA. O pessoal da Agência poderá concentrar-se em alguns campos importantes e acumular a competência relevante para ajudar os países a aperfeiçoar seus projetos, colaborar sobre uma base multinacional e aplicar as práticas ótimas pertinentes que já tiveram êxito em outras regiões. O atual sistema obriga o escasso pessoal a analisar projetos em tamanha variedade de campos que torna impossível desenvolver uma experiência básica ou aproveitar sua presença em Washington, perto do Banco Mundial e do BID, para prestar a assistência profissional necessária aos países. O novo enfoque servirá também como força integradora, para usar de modo mais significativo a competência das unidades substantivas da OEA.

A AICD está atuando com cautela e prudência junto aos países na análise dos melhores mecanismos para que este enfoque tenha utilidade para eles. A Secretaria vê com otimismo a perspectiva desse critério ser refinado pelos Estados membros nos próximos meses e de chegar a novos enfoques e apresentá-los à Junta Diretora no próximo ano, em seu empenho de abrir caminho para que a OEA evolua, tornando-se um instrumento mais efetivo para enfrentar os constantes desafios que lhe antepõe o desenvolvimento.

A fim de impulsionar a habilitação do CIDI e da AICD, para que sirvam como facilitadores de uma cooperação mais estreita entre os organismos de desenvolvimento do Hemisfério, concluiu-se e implementou-se um sistema de sites privados (salas de reuniões virtuais) que liga a Junta Diretora aos organismos de desenvolvimento de cada um dos Estados membros.

Em sua outra esfera de responsabilidade, relacionada com a política de desenvolvimento, a AICD continua atuando com as unidades independentes da OEA em função de seus compromissos conjuntos de oferecer serviços às reuniões ministeriais que se processam no âmbito do CIDI. Em especial, participou ativamente da preparação e desenvolvimento da Reunião Ordinária do CIDI e da Reunião de Ministros e Máximas Autoridades da Cultura. Da mesma forma, a Agência participou vigorosamente do estudo e da recomendação de novos enfoques para atender às tremendas pressões que sofrem os países membros, particularmente com relação ao seguimento da Conferência de Monterrey sobre Financiamento do Desenvolvimento. Em relação a esse tema, a AICD desenvolveu tarefas especiais para obter a participação de outras organizações interamericanas importantes, como o BID e a CEPAL, bem como da sociedade civil e do setor privado. Com base nesses esforços conjuntos, vemos com otimismo a perspectiva de a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) serem receptivos a nossos convites para participar mais

ativamente das reuniões do CIDI, a fim de ajudar a formular recomendações conjuntas no contexto da OEA/AICD.

Em relação aos temas administrativo-contábeis, informa-se que os aspectos objeto de observações dos auditores externos estão em via de ser corrigidos. Concluiu-se o trabalho relativo à primeira recomendação, no sentido de integrar os fundos fiduciários geridos pela AICD nos países em contas em dólares, com um único processo de consolidação financeira baseado em Washington, dentro do sistema de gestão financeira Oracle da OEA. O segundo aspecto, que diz respeito aos relatórios sobre a gestão da Fundação para as Américas, também foi corrigido. No entanto, dado o reduzido pessoal responsável pela gestão financeira da AICD, perdura o receio de que tornem a ocorrer falhas, devido a uma série de razões que pouco têm a ver com a substância da gestão financeira. Por esta razão, a Agência está negociando um acordo mais amplo com a Secretaria-Geral, visando administrar todas as suas transações financeiras no sistema Oracle desta.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI)

- FEMCIDI 2002

O ciclo de programação FEMCIDI 2002 recebeu 232 perfis de projetos. Em 31 de maio, último dia do prazo para que os Estados membros efetuassem as suas contribuições e indicassem a respectiva distribuição entre as contas, o total de ofertas ao FEMCIDI 2002 era US\$8.228.916,61. Como em anos anteriores, o montante dos recursos solicitados para os projetos apresentados foi muito superior aos recursos oferecidos, em consequência do que foi necessário excluir projetos não só por deficiência de qualidade técnica, mas também por falta de recursos.

Os perfis dos projetos que satisfaziam os requisitos de seleção estabelecidos foram enviados aos membros das Comissões Especializadas Não Permanentes—CENPES 2001 e às Unidades e Escritórios Especializados da SG/OEA, com a solicitação de parecer técnico sobre os mesmos. Levando em consideração os pareceres técnicos recebidos, bem como o nível de ofertas em cada conta setorial, a Secretaria Executiva identificou os perfis que, à luz de seus méritos técnicos, poderiam melhor contribuir para satisfazer as necessidades de desenvolvimento dos Estados membros. Assim, 114 perfis, apresentados por 32 países, foram incluídos na Proposta Preliminar de Programação, que foi enviada às Missões Permanentes em 13 de junho de 2002 e analisada pela Quarta Reunião das CENPES, sendo que 92 receberam recomendação favorável.

A Junta Diretora da AICD, em sua Décima Primeira Reunião, realizada em 15 de outubro de 2002, aprovou a Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2002. Essa Programação abarca os 92 projetos recomendados pelas CENPES e um projeto adicional cuja incorporação foi aprovada pela Junta Diretora. O montante total aprovado para a execução dos projetos foi de US\$6.549.094, distribuídos da seguinte maneira:

<i>CONTA SETORIAL</i>	Nº DE PROJETOS	MONTANTE APROVADO (US\$)
Comércio	8	695.000
Desenvolvimento Social	18	848.712
Educação	23	1.631.565
Cultura	5	153. 518
Ciência e Tecnologia	21	1.598. 245

Democracia	5	412.373
Turismo	4	438.316
Meio Ambiente	9	771.365
TOTAL	93	6.549.094

- Execução do FEMCIDI 2001

Nos primeiros meses do ano, iniciou-se a execução dos projetos recomendados pelas CENPES em sua reunião de outubro de 2001 e aprovados pela Junta Diretora da AICD (JD/AICD) em 1º de novembro de 2001, num montante de US\$1.147.849. Dos 89 projetos aprovados, 48 são regionais e 41 nacionais. Apresenta-se a seguir a distribuição desses projetos por conta setorial.

CONTA SETORIAL	Nº DE PROJETOS	MONTANTE APROVADO (US\$)
Comércio	5	490.352
Desenvolvimento Social	20	1.250.301
Educação	22	1.961.412
Cultura	2	103.000
Ciência e Tecnologia	21	1.656.841
Democracia	6	484.524
Turismo	6	485.000
Meio Ambiente	7	716.419
TOTAL	89	7.147.849

Para o fim de outubro, haviam-se desembolsado US\$5.048.466,50 para 84 projetos, que executarão suas atividades uma vez recebidos os Acordos de Execução ou Memorandos de Entendimento assinados e os respectivos planos de execução devidamente concluídos. A Junta Diretora da AICD aprovou, para 36 desses projetos, a prorrogação do prazo de execução até 31 de março de 2003, e para 25 projetos a prorrogação foi concedida até 30 de junho de 2003.

B) Novos Mecanismos de Cooperação (Melhores Práticas)

O Plano de Ação da AICD especificou como objetivo para a Agência o aperfeiçoamento de novos mecanismos para o desenvolvimento de programas, com base na aplicação das melhores práticas vigentes nos países das Américas e outras regiões do mundo. Os novos mecanismos também devem facilitar a participação do setor privado e da sociedade civil nas iniciativas interamericanas de cooperação técnica e capacitação.

Os programas desenvolvidos buscam alcançar os seguintes propósitos: apoio aos governos na identificação de oportunidades de ação, lições aprendidas e melhores práticas em Aquisições Governamentais, Governo Eletrônico e Desenvolvimento Municipal; desenvolvimento de programas de cooperação técnica e treinamento com as instituições de melhores práticas; preparação de projetos de aplicação das melhores práticas; e captação de co-financiamento para fortalecer as capacidades institucionais e preparar projetos de aplicação das melhores práticas, trabalhando em conjunto com instituições dos setores público e privado.

- Programa de Aquisições Governamentais

O Programa de Aquisições Governamentais tem por objetivo apoiar os esforços dos governos do Hemisfério para: elevar a eficácia, eficiência e transparência das operações de aquisição governamental como parte dos esforços dos Estados membros para reduzir a corrupção, fortalecer a governança

democrática e fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento; fomentar e facilitar a participação da pequena empresa nas aquisições do setor público e em outras formas de comércio eletrônico, com vistas a aumentar o emprego e reduzir a pobreza; e fortalecer os governos provinciais e municipais para que se preste melhor serviço às comunidades locais e se facilite o desenvolvimento das empresas.

- Programa de Governo Eletrônico

O Programa de Governo Eletrônico da AICD-OEA tem por objetivo catalisar iniciativas de governo eletrônico na América Latina e no Caribe, bem como oferecer aos governos dessa região um apoio integral em cada uma das etapas do processo de implementação do governo eletrônico. A aplicação de melhores práticas ao desenvolvimento do governo eletrônico é um enfoque inovador, que busca tanto acelerar o processo de modernização mediante o uso eficiente dos limitados recursos públicos, como amenizar os riscos inerentes à incorporação de um componente tecnológico em projetos desenvolvidos a partir do zero, mediante o uso de soluções provadas, transferidas com apoio dos governos que as desenvolveram.

Situando o governo usuário como protagonista, a AICD-OEA desenvolveu uma metodologia própria de identificação, documentação e transferência das melhores práticas, baseada na cooperação e no trabalho em equipe com as instituições envolvidas. Em consulta com os usuários potenciais, o Programa de Governo Eletrônico da AICD está concentrando seus esforços iniciais nas seguintes áreas: aquisições governamentais por meios eletrônicos, impostos, licenças, autorizações, registros e acesso a serviços que dão apoio ao desenvolvimento da pequena empresa.

- Programa de Desenvolvimento Municipal

O objetivo deste Programa é proporcionar assistência técnica e treinamento aos governos locais (municípios) dos Estados membros, a fim de aumentar sua capacidade administrativa e técnica para prestar serviços. Este objetivo será alcançado aplicando as melhores práticas municipais vigentes na região. A formulação dessa iniciativa está respaldada por uma doação da Missão dos Estados Unidos junto à OEA e por uma contribuição da Corporação Andina de Fomento (CAF).

O programa que vem sendo implementado tem a finalidade de apoiar os governos locais na identificação de oportunidades de ação, lições aprendidas e melhores práticas nas áreas de: modernização dos sistemas de cadastro; governo eletrônico aplicado à gestão municipal; gestão dos serviços de água e esgoto; desenvolvimento de programas de cooperação técnica e treinamento com instituições de melhores práticas; desenvolvimento de projetos de aplicação das melhores práticas, selecionadas pelos governos locais; e apoio à captação de co-financiamento em forma de doações e empréstimos para preparar e implementar projetos trabalhando com instituições públicas e privadas.

- Programa de Saúde e Segurança Ocupacionais

A fim de apoiar os esforços dos Estados membros da OEA para promover instituições democráticas, melhorar a governança, fomentar um crescimento equitativo e contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade, a AICD está desenvolvendo um programa que visa dar assistência aos Ministérios do Trabalho da região na tarefa de modernizar e elevar a eficiência dos serviços que prestam aos trabalhadores. Este programa buscará também elevar a consciência dos dirigentes de empresas no tocante à necessidade de observar os princípios de responsabilidade social empresarial em suas práticas comerciais, basicamente por meio de um programa regional planejado, elaborado em conjunto com o Foro Empresa e a *Business for Social Responsibility (BSR)*.

Muito embora o programa de saúde e segurança ocupacional esteja numa etapa relativamente preliminar, avançou-se consideravelmente no sentido de formular o programa, e de iniciar e consolidar contatos na sede da OEA/AICD. Em particular, a AICD atuou intensamente com o Foro Empresa e a *Business for Social Responsibility* para completar um programa de responsabilidade social empresarial voltado especificamente para a saúde e segurança ocupacionais e focalizado nas pequenas e médias empresas da América Latina e do Caribe. Da mesma forma, fizeram-se progressos com o Chile como fonte de práticas ótimas em saúde e segurança ocupacional.

DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL HUMANO

A) Programa de Bolsas de Estudo

Cumprindo seu mandato e em conformidade com as áreas prioritárias identificadas no Plano Estratégico de Cooperação Solidária, seguiram-se as normas e procedimentos requeridos para conceder e administrar os cursos de curta duração de formação profissional, bem como os estudos de graduação e pós-graduação. Complementarmente, o Programa de Bolsas de Estudo começou a oferecer bolsas eletrônicas (*e-bolsas*) como alternativa de baixo custo para expandir as oportunidades de aprendizagem, especialmente nos locais remotos do Continente, tornando mais fácil para os estudantes participar de estudos sem viajar para o exterior. Da mesma forma, cumprindo seu mandato, agilizou-se o processo de administração de bolsas a fim de incrementar as oportunidades de estudo. A discriminação das bolsas de estudo concedidas em 2002 figura como Anexo F deste Relatório.

- Programa Ordinário de Treinamento (PRA)

As bolsas concedidas no quadro do PRA abrangeram estudos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e pesquisa em universidades da região. Em 2002, administraram-se 108 pedidos de prorrogação de bolsas concedidas em 2001, que foram aprovados com o prazo de mais um ano. No ciclo de 2002, concederam-se 185 bolsas novas. Com sua concessão, tentou-se alcançar uma distribuição e focalização geográfica conforme as áreas prioritárias do Plano Estratégico de Cooperação Solidária do CIDI. O custo aproximada das bolsas do PRA 2002, inclusive prorrogações, foi US\$5,13 milhões. A maioria dos bolsistas (47,5%) estudou nos Estados Unidos, registrando-se também um número substancial no Chile (9,8%), México (9,4%), Canadá (8,8%) e Costa Rica (6,7%).

- Programa Especial de Bolsas de Estudo para o Caribe (SPECAP)

O propósito deste programa é conceder bolsas para estudos universitários em áreas de desenvolvimento prioritário para a região, levando em conta os campos que afetam o desenvolvimento integral e sustentável. Dentro deste programa, ativaram-se 29 bolsas novas para o ciclo 2002 e concederam-se 24 prorrogações de bolsas de 2001. O custo aproximado das bolsas novas e prorrogações por um ano escolar foi US\$813.500.

- Cursos de desenvolvimento profissional

Os cursos de treinamento especializado de curto prazo são respaldados pelos Estados membros, pelos Observadores Permanentes e pelas unidades especializadas da SG/OEA. Especificamente, são de três tipos.

O *Programa de Cooperação Horizontal para Bolsas de Estudo e Treinamento (CHBA)* concede bolsas para treinamento profissional de curto prazo, por meio de cursos organizados por instituições dos Estados membros. Dentro deste programa, ofereceram-se 411 bolsas para 32 cursos, bem como 831 *e-bolsas* para

10 cursos pela Internet. Para estes cursos, a OEA fornece apoio logístico e administrativo, e cobre o custo da viagem internacional.

O *Programa Especial de Treinamento (PEC)* proporciona treinamento profissional de longo prazo, mediante cursos organizados por instituições dos países Observadores Permanentes. Em 2002, a Coréia e a Espanha ofereceram 64 bolsas para sete cursos presenciais e 84 *e-bolsas* para três cursos pela Internet. Para esse tipo de curso, a OEA fornece apoio logístico e administrativo, além de custear a despesa da viagem internacional.

As bolsas concedidas visando *Estudos para Cursos Especializados das Áreas Técnicas (CEAT)*, concentram-se em várias áreas profissionais indicadas pelas unidades técnicas da OEA. Concederam-se 36 bolsas para participar do Curso de Direito Internacional do Rio de Janeiro. Além disso, concederam-se 192 *e-bolsas* para diversos cursos.

- Programa de Bolsas OEA/Consórcio de Universidades

Este programa visa estabelecer um amplo consórcio de universidades para que participem do co-financiamento de bolsas de estudo e programas de treinamento. Assim se multiplicará o impacto dos limitados recursos da OEA, que dividirá os custos das bolsas com as universidades participantes e outros centros educacionais. A AICD assinou 26 acordos com centros de educação superior em oito Estados membros e está sendo concluído o processo de assinatura com outros centros e universidades do Continente.

A AICD chegou a um acordo com o *Latin American Scholarship Program of American Universities (LASPAU)* para fornecer apoio técnico na administração de bolsas individuais concedidas pela OEA, por intermédio do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento. O LASPAU buscará co-financiamento para 50 novas bolsas, com o objetivo de ampliar e proporcionar maiores oportunidades de estudo.

- Mecanismo de Colocação de Bolsistas pela OEA

Acionou-se um mecanismo que maximizará os benefícios resultantes dos acordos de co-financiamento estabelecidos com as instituições participantes do Consórcio de Universidades. Por meio desta nova modalidade, os estudantes solicitarão uma bolsa à OEA e, se forem selecionados, a AICD os colocará em uma das universidades participantes. Em 2002, foram concedidas 31 bolsas novas recorrendo a esta modalidade. Complementarmente, concederam-se 20 bolsas por intermédio da Iniciativa Ecológica OEA/Fullbright.

- Programa empresarial de bolsas de estudo da OEA

Os Estados membros da OEA pediram há tempos à Secretaria-Geral que intensificasse os seus esforços para mobilizar recursos externos destinados a bolsas e treinamento. Atendendo aos pedidos formulados pelos Chefes de Estado e de Governo da região nas sucessivas Cúpulas das Américas sobre a aceleração do desenvolvimento e a criação de condições para erradicar a pobreza, a AICD procura ampliar as oportunidades de desenvolvimento humano de que dispõem os cidadãos do Continente. Com este fim, está sendo preparado o programa empresarial de bolsas de estudo, com a finalidade de multiplicar as oportunidades de aprendizagem disponíveis para estudantes destacados. Este programa basear-se-á na cooperação com o setor privado, permitindo que as empresas desempenhem um papel crucial na elevação da capacidade técnica e das condições econômicas de suas comunidades. Mediante sua participação neste programa, a comunidade empresarial dará condições para que os jovens contribuam produtivamente em

sua sociedade, assim demonstrando seu compromisso com o princípio da responsabilidade social das empresas.

- **Fundo Leo S. Rowe**

O Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe proporciona a estudantes da América Latina e do Caribe que para tal se qualifiquem empréstimos sem juros para custear cursos de graduação, pós-graduação e desenvolvimento profissional nos Estados Unidos. O Fundo proporciona também empréstimos aos funcionários da OEA e seus dependentes. No ano 2002, a Comissão do Fundo concedeu 103 empréstimos a estudantes no total de US\$659.710, além de 37 empréstimos a funcionários da OEA, no montante de US\$268.672.

Nos termos de seu Estatuto, o Fundo é administrado por uma Comissão do Conselho Permanente. Iniciaram-se esforços para elevar a eficiência da administração e a acessibilidade aos empréstimos por parte dos estudantes qualificados. O Fundo Rowe já considerou propostas de solicitantes que não tinham condições de apresentar a garantia tradicional e apresentaram instituições de seus países como fiadores do empréstimo, e trabalhou com eles. Na maior operação desse tipo, a Secretaria-Geral assinou um acordo com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FUNDACYT), do Equador, e o LASPAU, por meio do qual 18 estudantes que vieram do Equador para estudar nos Estados Unidos puderam receber empréstimos do Fundo Rowe.

- **Co-financiamento interagencial para oportunidades e empréstimos educacionais**

Estão sendo desenhadas novas modalidades de colaboração com agências envolvidas na concessão de financiamento para bolsas de estudo. Entre elas figura o co-financiamento de bolsas com universidades e o desenvolvimento de programas de empréstimo como forma suplementar de ajuda os solicitantes que não tenham conseguido bolsas. A AICD já assinou um acordo com a Associação Pan-Americana de Instituições de Crédito Educativo (APICE) para co-financiar empréstimos ou agir como fiadores recíprocos. Com este programa o Fundo Rowe poderá conceder empréstimos para estudos de graduação e pós-graduação. Este acordo proporcionará maiores oportunidades aos estudantes qualificados que não tenham conseguido bolsas de estudo em razão de seu limitado número, ou àqueles que tenham recebido bolsas parciais.

B) Tecnologias da Informação e da Comunicação

- **O Portal Educacional das Américas**

No ano 2002, as atividades do Portal Educacional das Américas (www.educoea.org) concentraram-se na ampliação dos serviços atualmente oferecidos e também na expansão das alianças estratégicas com os setores público e privado. Em função dessas atividades, e para comemorar seu primeiro ano de atividade, lançou-se um novo desenho do portal nos quatro idiomas da OEA, incorporando novas ferramentas para a formação dos recursos humanos. Vale destacar que desde seu lançamento, em setembro de 2001, o portal recebeu mais de 30 milhões de acessos, a partir de mais de 120 países.

Além de um grande banco de dados, que proporciona acesso a mais de 4.500 cursos à distância oferecidos por mais de 1.500 universidades credenciadas em todas as disciplinas acadêmicas, o portal oferece informações sobre oportunidades de bolsas de estudo, bibliotecas digitais, comunidades do conhecimento, foros, bate-papos, notícias sobre eventos e outros links de interesse educacional.

No período abarcado por este relatório, concluiu-se a fase de desenho e programação do Aula Virtual, um ambiente virtual em linha de fácil acesso, que busca propiciar o treinamento de educadores e de funcionários do governo e do setor privado nas áreas prioritárias do Plano Estratégico 2002-05. O Aula Virtual será lançado no primeiro semestre de 2003, com os seguintes cursos: Qualidade da Educação Básica (versões em espanhol, português e inglês), Os Professores como Conselheiros, Educação e Nutrição, e Estratégias de Ensino das Matemáticas. Almeja-se treinar mais de 6.000 pessoas no primeiro ano de funcionamento.

Ademais, materializaram-se acordos com mais de 30 universidades e outras instituições da região, inclusive a Organização Universitária Interamericana (Canadá), a UNESCO (Brasil), a Universidade Nacional de Quilmes (Argentina) e a Província da Terra do Fogo (Argentina) para colaborar em iniciativas socioeconômicas e culturais que promovam o acesso ao conhecimento mediante modalidades de ensino e aprendizagem à distância.

- Instituto de Estudos Avançados para as Américas

Mediante uma aliança estratégica com a Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED) da Espanha, a AICD inaugurou o Instituto de Estudos Avançados para as Américas (INEAM), em dezembro de 2002, passando a contar com mais uma ferramenta para apoiar a atualização profissional inovadora de qualidade no âmbito interamericano. O INEAM, cuja sede acadêmica fica em Miami, Flórida, combina as modalidades convencionais de aprendizagem com as novas tecnologias de informação e comunicação, visando contribuir para o desenvolvimento e transformação social do Hemisfério.

No ano de 2002, o INEAM e o Portal Educacional contribuíram para treinar mais de 1.633 estudantes, educadores e funcionários públicos da região. Adicionalmente, realizaram-se nove *workshops*, cursos e conferências na América Central, em que se treinaram 379 participantes.

Além disso, treinaram-se outros 1.105 participantes por meio de programas de estudos pela Internet, oferecidos em colaboração com outras instituições acadêmicas, inclusive a Universidade de Harvard, o Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM), a União Internacional de Telecomunicações e a Universidade Nacional de Educação à Distância da Espanha (UNED).

- O site da AICD na Internet e as salas de reuniões virtuais

Redobram-se os esforços para compilar e atualizar de forma permanente o site da Agência na Internet (www.iacd.oas.org), a fim de proporcionar informações relevantes e atualizadas sobre os seus temas prioritários, particularmente os relacionados com a cooperação técnica e a formação dos recursos humanos. Com este fim, divulgaram-se ademais boletins informativos sobre as atividades da Agência. Cumpre mencionar que prosseguiu o trabalho relativo às ações tendentes a fomentar uma colaboração mais estreita com as unidades da Secretaria-Geral da OEA para incluir conteúdo novo e relevante em função das metas estabelecidas tanto no Plano Estratégico do CIDI quanto no Plano de Atividades da AICD.

No período abrangido por este relatório, a fim de fomentar o diálogo entre a Agência e vários de seus setores, criaram-se novos sites privados (salas de reuniões virtuais), que permitem o intercâmbio de idéias e experiências. Entre eles figuram os da Agência Nacional de Desenvolvimento, o LASPAU, a Embaixada de São Vicente e Granadinas, e a Força-Tarefa da Conectividade. Mantiveram-se também as salas já criadas para os membros das CENPES e para a Comissão de Seleção de Bolsas de Estudo, entre outras.

FUNDOS ESPECÍFICOS

No primeiro semestre de 2002, a AICD responsabilizou-se por uma série de fundos específicos relacionados com seu mandato referente à cooperação horizontal e ao desenvolvimento socioeconômico.

A) Fundo Específico dos Estados Unidos

Nos últimos anos, o Governo dos Estados Unidos apoiou firmemente o CIDI e o trabalho da AICD com recursos especificamente alocados, além de fazer sua contribuição anual ao FEMCIDI. O valor das contribuições variou no ano entre US\$5,4 milhões e US\$6,1 milhões segundo o nível de despesas e as decisões tomadas para complementar os saldos existentes. Em termos gerais, os recursos específicos dos Estados Unidos constituíram a principal fonte de financiamento para respaldar os novos programas da Agência, especialmente no que se refere a práticas ótimas e outros mecanismos novos de cooperação. Ademais, uma parte substancial desses recursos destinou-se a apoiar os programas de desenvolvimento humano da Agência.

B) Outros fundos específicos

A AICD continuou administrando os fundos específicos da Argentina (saldo de US\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2002) e do México (saldo de US\$2,8 milhões na mesma data), a fim de captar recursos externos de cooperação desses países. Além disso, deu apoio ao planejamento e execução de projetos realizados em cooperação com a Comissão Capacetes Brancos OEA-BID (valor do acordo, US\$1,5 milhão) e com o projeto de moradias AICD-SOPTRAVI, em Honduras (valor do acordo, US\$6,0 milhões).

Da mesma forma, a AICD administra fundos específicos dos Estados membros para facilitar a execução de projetos. Nestes casos, a AICD somente é responsável pelo aspecto da administração financeira dos fundos. A execução técnica dos projetos é da exclusiva responsabilidade dos governos dos países membros. Estes projetos são: Projeto de Alfabetização AICD-MINEDUC, na Guatemala; Projeto Regional de Metrologia AICD-CONACYT, em El Salvador; e o Programa de Privatização AICD-PROPRIVAT, no Panamá. Tem igualmente um acordo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, visando oferecer serviços de administração financeira para a execução do programa de desenvolvimento sustentável de zonas ecológicas frágeis da região de Trifinio, em El Salvador. Ademais, a AICD administra outros fundos específicos ou de cooperação horizontal do Uruguai, Peru, Brasil, Colômbia, Honduras, Israel e Espanha, num total aproximado de US\$250.000.

C) O Fundo para as Américas

Este Fundo está constituído como uma fundação sem fins de lucro (501c3) filiada à AICD. Seu mandato é mobilizar recursos financeiros mediante cooperação com o setor privado e entidades sem fins lucrativos. No primeiro semestre de 2002, o Fundo seguiu amplamente os principais programas e seus acordos de cooperação em duas áreas: transparência e conectividade.

Na área da conectividade, o Fundo continuou contando com os voluntários do Net Corps Americas como mecanismo primordial de fornecimento de treinamento em tecnologias de comunicações e de informação. Mais especificamente, no período em pauta, o Net Corps enviou 18 voluntários a projetos na América Central, no Caribe e na região andina; oito a microempresas ligadas ao turismo no Caribe, em colaboração com o Programa de Pequenas Empresas Turísticas (STEP); nove à América Central, no contexto de nossa iniciativa sobre Treinamento para o Emprego e a Tecnologia para portadores de deficiência; e um à Colômbia, como parte do programa de Dirigentes Mulheres na Tecnologia.

Quanto à área da transparência e da governança, o Fundo, em abril de 2002, em colaboração com o Governo do México, organizou a conferência O México contra a Corrupção, cuja presidência foi ocupada pelo próprio Presidente Vicente Fox e que foi divulgada pela televisão no Hemisfério. Este evento foi o terceiro de uma série patrocinada pelo Fundo, como parte de seu esforço para criar uma consciência pública em relação aos problemas engendrados pela corrupção para as economias do Continente. Cerca de 10.000 espectadores assistiram à conferência e mais de um milhão de pessoas participou via Internet.

Também estão em marcha os preparativos para estabelecer o Prêmio do Fundo e da OEA à Responsabilidade Social Empresarial nas Américas, que será apresentado em 31 de janeiro de 2003 na Gala para as Américas. Este evento, que se realizará no Biltmore Hotel, em Miami, será possível graças à cooperação da Associação de Câmaras de Comércio da América Latina, que realiza sua reunião de inverno na mesma semana, também em Miami. O prêmio do Fundo e da OEA será um reconhecimento a uma empresa cuja direção tenha contribuído para que comunidades de baixa renda média saiam da pobreza e cujas ações possam servir de modelo para estimular práticas e ações socialmente responsáveis por parte de outras empresas.

O Programa do Fundo para portadores de deficiência recebeu, para seu segundo ano, uma doação do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos no montante de US\$542.300.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subsecretaria de Assuntos Jurídicos apóia os órgãos da Organização mediante a preparação de estudos, documentos e pareceres jurídicos, e a prestação de serviços técnicos e de secretaria. Colabora na preparação de tratados, acordos e outros instrumentos internacionais e cuida dos procedimentos legais relativos à assinatura e depósito dos instrumentos de ratificação quando a Secretaria-Geral é depositária. Presta serviços técnicos e de secretaria à Comissão Jurídica Interamericana e ao Tribunal Administrativo. A Subsecretaria foi reorganizada mediante a Ordem Executiva N° 96-4, de 13 de maio de 1996, que concentrou suas funções em três áreas principais: o desenvolvimento do Direito Internacional Público e Privado, as atividades de cooperação na área do Direito, e as atividades de informação e divulgação jurídica. Em 31 de julho de 2002, o Secretário-Geral da Organização assinou a Ordem Executiva N°02-08, que tratava da criação de uma Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica, a qual substituiria o Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica. Por conseguinte, a Subsecretaria passou a ser integrada pelo Escritório do Subsecretário, pelo Departamento de Direito Internacional, pela Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica e pela Secretaria do Tribunal Administrativo.

Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos

O Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos concentrou suas atividades na direção, planejamento, coordenação e administração da área jurídica. Em relação às três primeiras funções, relacionadas com assuntos jurídicos, este Escritório contribuiu para o desenvolvimento e codificação do Direito Internacional; para a programação e o desenvolvimento de atividades em matéria de cooperação e divulgação jurídica; e para o apoio e supervisão referentes à reforma da estrutura da Subsecretaria em conformidade com a Ordem Executiva N° 02-08. Da mesma forma, deu apoio e supervisão administrativa à Secretaria do Tribunal Administrativo (TRIBAD). A meta fundamental da mencionada Ordem Executiva 02-08 foi adaptar as funções do então Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica às novas prioridades estabelecidas neste campo no âmbito da OEA. De fato, criaram-se nos últimos tempos vários mecanismos para o fortalecimento da cooperação jurídica entre os Estados membros, como as Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA) e os grupos de peritos governamentais para o desenvolvimento de suas conclusões e recomendações; o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mecanismo Anti-Corrupção); e a Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (Comissão da CIFTA).

A Subsecretaria prestou assessoramento jurídico à preparação e realização da Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, realizada em março de 2002 em Trinidad e Tobago. Nessa ocasião, apresentaram-se vários trabalhos sobre os temas da sua agenda, entre os quais deve mencionar-se o intitulado Mecanismos Alternativos de Solução de Conflitos nos Sistemas de Justiça dos Países Americanos, elaborado por este Escritório.

Da mesma forma, participou da Sexta Conferência Especializada sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI), realizada em fevereiro de 2002 na sede da Organização, e lhe prestou assessoria jurídica. Esta Conferência aprovou uma Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias, uma resolução

sobre a Lei Aplicável e Jurisdição Internacional Competente em Matéria de Responsabilidade Civil Extracontratual, e uma resolução sobre a Documentação Mercantil Uniforme para o Transporte Internacional, com referência especial à Convenção Interamericana sobre Contrato de Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada de Rodagem, de 1989, além de aprovar documentos sobre conhecimento de embarque.

O Escritório do Subsecretário atendeu e prestou serviços jurídicos ao plenário e à Comissão Geral do Trigesimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em junho de 2002 em Bridgetown, Barbados.

O Escritório deu apoio técnico ao Primeiro Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana, realizado em março de 2002 no Rio de Janeiro, Brasil, e a seu Segundo Período Ordinário de Sessões, em agosto do mesmo ano. Nesses períodos de sessões, prestou-se assessoria jurídica com referência a temas relacionados com as “observações e comentários da Comissão Jurídica Interamericana sobre o projeto de Carta Democrática Interamericana; com o relatório apresentado pela Comissão à CIDIP-VI; à elaboração de um projeto de convenção interamericana contra o racismo e toda forma de discriminação e intolerância; aos trabalhos preparatórios para a elaboração de um projeto de convenção interamericana contra o terrorismo; e ao tema relativo ao direito de concorrência e às distintas formas de protecionismo nas Américas”. Participou ainda das atividades do Curso de Direito Internacional, que se realiza todos os anos, em agosto, sob a coordenação da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, e é organizado pela Comissão Jurídica Interamericana.

A Subsecretaria, inclusive o Escritório do Subsecretário, organizou as Jornadas de Direito Internacional, de que participou, e que se realizaram na Cidade do México, em dezembro de 2001. Participou também proferindo conferências e desempenhando outras tarefas relacionadas com a elaboração de vários documentos. E prestou ajuda e colaboração nas Jornadas de Direito Internacional realizadas em dezembro de 2002, em Florianópolis.

Este Escritório participou do seminário sobre a Nova Agenda Legal da OEA e a Região do Caribe, realizado em setembro de 2002 em Nassau, Bahamas. Neste seminário, este Escritório apresentou um documento sobre a Carta da OEA e a Nova Agenda da Organização no tocante a seus temas prioritários de caráter jurídico-político.

No contexto das responsabilidades e funções de coordenação e cooperação que este Escritório tem a seu cargo, participou, em outubro de 2002, do Período de Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, tendo assistido às reuniões de sua Sexta Comissão, Assuntos Jurídicos, com a finalidade de tomar conhecimento da discussão sobre os temas constantes do relatório anual da Comissão de Direito Internacional (CDI) e sobre outros assuntos relacionados com este ramo do direito. Da mesma forma, realizaram-se entrevistas de coordenação com o Presidente desta Comissão e assistiu-se à apresentação do Relatório Anual da Corte Internacional de Justiça, ocasião em que se trocaram opiniões com membros, inclusive o Secretário, deste egrégio tribunal internacional. Finalmente, participou da reunião de Consultores Jurídicos dos Estados Membros das Nações Unidas, onde se consideraram informalmente os temas mais importantes relacionados com o desenvolvimento constante e a codificação do Direito Internacional.

O Escritório também prestou assessoramento em temas específicos a vários níveis do Conselho Permanente da Organização, por exemplo, em relação à reforma do Estatuto e do Regulamento do Conselho Permanente; à alteração do Estatuto e do Regulamento do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE); aos trabalhos da Comissão de Segurança Hemisférica; à função de coordenação

entre a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos e o Centro de Estudos da Justiça das Américas; e ao Grupo de Trabalho sobre Terrorismo do referido Conselho.

Em 2001, este Escritório formalizou com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI) um Acordo Geral por cujo intermédio se decidiu desenvolver um projeto sobre as transações comerciais internacionais nas Américas e sobre as perspectivas de padronização legal. Esta iniciativa teve por fim avaliar as oportunidades que ocorrem para promover uma maior padronização e uniformidade jurídica no tocante às transações comerciais em nível hemisférico, levando em conta os problemas derivados da existência de vários sistemas jurídicos nas Américas. O referido projeto foi concluído com a publicação de um livro intitulado *Armonización Legal en las Américas: Transacciones Comerciales, Bijuralismo y la OEA*, e sua apresentação perante a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente.

Finalmente, o Escritório do Subsecretário manteve contatos, relações de cooperação, atividades de colaboração e intercâmbio no campo jurídico com numerosas instituições, entre outras a Universidade de Georgetown, a Universidade George Washington, a *American University*, a *American Society of International Law*, o *American Law Institute (ALI)*, a Assessoria Jurídica do Banco Mundial, a Federação Interamericana de Advogados, o *North South Center* e a *American Bar Association*, Seção de Direito Internacional e Prática. Este Escritório manteve ainda uma cooperação permanente e ativa com o Programa de Estágios da Secretaria-Geral, selecionando numerosos advogados.

Departamento de Direito Internacional

Assessoramento aos Órgãos, Organismos e Entidades da Organização

No âmbito de sua competência, em 2002, o Departamento de Direito Internacional prestou assessoria e serviços jurídicos no campo do Direito Internacional Público e Privado à Assembléia Geral (Bridgetown, Barbados, junho de 2002), ao Conselho Permanente e a suas Comissões de Assuntos Jurídicos e Políticos e de Segurança Hemisférica, bem como no tocante aos aspectos estatutários e regulamentares que afetam o funcionamento desses órgãos.

No âmbito da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos, e com referência ao tema da convenção interamericana contra o racismo e toda forma de discriminação e intolerância, preparou-se o documento *Referencias a la discriminación y al racismo en las Constituciones de los Estados miembros de la OEA*, SG/SLA DDI/doc.9/02.

O Departamento de Direito Internacional também assessorou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente no que se refere à avaliação do funcionamento do sistema interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos com vistas a seu aperfeiçoamento e fortalecimento. O Departamento de Direito Internacional prestou assistência e assessoramento em matéria de promoção e respeito com relação ao Direito Internacional Humanitário, aos direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias, e aos defensores dos direitos humanos nas Américas, além de apoiar os instrumentos interamericanos de direitos humanos.

De modo especial, cabe frisar o assessoramento prestado ao grupo de trabalho encarregado de preparar o projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo, tarefa que culminou na aprovação dessa Convenção no período de sessões da Assembléia Geral em Barbados. Da mesma forma, assessorou o grupo de trabalho encarregado do projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas e participou da Sessão Especial realizada de 11 a 15 de março de 2002.

No âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica, prestou-se assessoramento na preparação da Conferência Especial sobre Segurança, que terá lugar em maio de 2003 no México, em particular no que tange ao Regulamento da Conferência e a seus documentos finais a ser apresentados para aprovação.

Com relação às Conferências Especializadas Interamericanas, o Departamento de Direito Internacional deu apoio a atividades destinadas à unificação e harmonização das legislações dos Estados membros da OEA no campo do Direito Privado, o que culminou com a realização da Sexta Conferência Especializada Internacional sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VI), realizada de 4 a 8 de fevereiro de 2002 na sede da OEA, em Washington. Na preparação dessa Conferência Especializada, o Departamento de Direito Internacional apresentou vários documentos de referência, entre os quais vale destacar: *Historia del proceso de las CIDIPs* (OEA/Ser.K/XXI.6/CIDIP-VI/doc. 11/02; original: inglês); Tema III: Parte 1: Conflitos de leis sobre responsabilidade extracontratual. Parte 2: Responsabilidade civil internacional em casos de contaminação transfronteiriça (OEA/Ser.K/XXI/RE/CIDIP-VI.doc. 7/98; original: inglês); e *Antecedentes y lista de documentos para la reunión de expertos gubernamentales preparatoria de la Sexta Conferencia Especializada Interamericana sobre Derecho Internacional Privado* (OEA/Ser.K/XXI/RE/CIDIP-VI/doc. 11/02; original: inglês). Vale notar igualmente que a Comissão Jurídica Interamericana preparou um relatório intitulado *CIDIP-VII y etapas sucesivas* (CIDIP-VI-doc. 10/02), baseado em numerosas respostas a um questionário preparado pelo Departamento de Direito Internacional e distribuído pela Comissão Jurídica Interamericana entre uma ampla gama de professores universitários, juristas e peritos legais de todo o Hemisfério. Nesta Conferência, o pessoal do Departamento de Direito Internacional atuou como secretaria técnica em cada um dos três grupos de trabalho criados na Reunião de Peritos realizada de 14 a 18 de fevereiro de 2000 na sede da OEA em Washington, conforme disposto nas resoluções AG/RES. 1613 (XXIX-O/99 e CP/RES. 744 (1185/99). Terminada a reunião, o Departamento de Direito Internacional compilou e editou os textos dos trabalhos, bem como os resultados alcançados no seu decorrer, o que permitiu sua publicação oficial. Esta publicação compõe-se de dois volumes: o Volume I (Ata Final) e o Volume II (Documentos).

Em 2002, o Departamento de Direito Internacional, na qualidade de Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana, prestou apoio técnico e administrativo nos dois períodos ordinários de sessões da Comissão, realizados em fevereiro-março e agosto. Com esta finalidade, preparou as agendas anotadas de ambos os períodos de sessões, que registram a evolução de cada um dos temas incluídos na agenda da Comissão. Redigiu também documentos que resumem os mandatos que lhe foram conferidos pela Assembléia Geral; prestou apoio à redação dos respectivos projetos de resolução; colaborou na editoração dos relatórios apresentados pelos membros da Comissão; fez constar em atas resumidas o desenvolvimento das reuniões da Comissão Jurídica e encarregou-se da preparação de seu Relatório Anual à Assembléia Geral. Durante o recesso da Comissão Jurídica Interamericana, o Departamento deu apoio ao trabalho dos relatores no desenvolvimento dos respectivos temas; organizou a participação dos membros da Comissão como observadores junto a distintos foros; e deu cumprimento aos mandatos constantes das resoluções e decisões da Comissão Jurídica Interamericana. Em particular, colaborou em tudo que se referia à organização do seu Centenário e ao Acordo entre o Governo do Brasil e a Secretaria-Geral da OEA mediante o qual se cede parte das instalações do Palácio Itamaraty à Comissão Jurídica Interamericana. Da mesma forma, o Departamento de Direito Internacional apoiou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente na elaboração de suas observações e recomendações sobre seu relatório anual relativo às atividades de 2001.

Desenvolvimento do Direito Internacional

Cumprindo os mandatos sobre o Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional e no exercício da competência e funções que lhe cabem, o Departamento de Direito

Internacional, no período coberto por este Relatório, organizou as atividades que se seguem, ou delas participou.

- Curso de Direito Internacional

O Departamento de Direito Internacional, juntamente com a Comissão Jurídica Interamericana, organizou o Vigésimo Nono Curso de Direito Internacional, realizado de 5 a 30 de agosto de 2002 com a participação de 21 professores de vários países da América e da Europa, 28 bolsistas da OEA selecionados entre mais de 50 candidatos, e sete alunos que pagaram os custos da própria participação. O curso, cujo tema central foi Recursos Naturais, Energia, Meio Ambiente e Direito Internacional, transcorreu no Centro Empresarial Rio, no Rio de Janeiro, Brasil. O Departamento de Direito Internacional preparou o anúncio do Curso; elaborou o programa, contatando os respectivos professores e organizando seu transporte para o Rio e seu alojamento; procedeu à seleção dos bolsistas, fornecendo-lhes todas as informações necessárias a sua participação e apoio acadêmico e pessoal durante sua estada na cidade; e avaliou sua participação para efeito da expedição do respectivo certificado de aprovação.

- Jornadas de Direito Internacional

De 11 a 14 de dezembro de 2001, o Departamento de Direito Internacional realizou as Jornadas de Direito Internacional na Universidade Nacional Autônoma do México, com apoio do Instituto de Pesquisas Jurídicas da própria UNAM. Os trabalhos desenrolaram-se em sessões plenárias de que participaram professores de Direito Internacional Público e Privado e estudantes de universidades mexicanas. O evento foi transmitido pela Internet e por sistema de teleconferências para diversas instituições mexicanas e estrangeiras interessadas.

De 3 a 6 de dezembro de 2002, realizaram-se as Jornadas de Direito Internacional na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, Brasil. Nesta ocasião, o Departamento de Direito Internacional teve o apoio do Instituto de Relações Internacionais do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Assim como em anos anteriores, houve sessões plenárias com professores de Direito Internacional Público e Privado de várias universidades brasileiras e de outros Estados membros. Os professores discutiram os temas seguintes: vários aspectos relativos à temática atual do Direito Internacional Público e Privado; os processos de integração nas Américas; e o Sistema Interamericano e a atualização dos planos de estudo de Direito Internacional Público e Privado.

- Publicações Jurídicas

No período abrangido por este relatório, o Departamento de Direito Internacional editou, publicou e distribuiu as seguintes publicações: i. *XXVIII Curso de Derecho Internacional*, realizado em agosto de 2001, cujo tema central foi A Pessoa Humana no Direito Internacional Contemporâneo; ii. *Jornadas de Derecho Internacional*, realizadas em dezembro de 2001, que registra as comunicações apresentadas e os debates posteriores entre os professores de Direito Internacional Público e Privado, bem como as conclusões e recomendações finais; iii. a *Serie Temática sobre Cursos de Derecho Internacional: El Derecho Internacional Privado en las Américas (1974-2000)*, que inclui as conferências proferidas desde 1974 até o ano de 2000 sobre Direito Internacional Privado. Este volume está organizado em duas partes e encerra 84 artigos, agrupados em torno dos grandes marcos do desenvolvimento do Direito Internacional Privado nas Américas nesse período.

Atualmente o Departamento está preparando a publicação dos seguintes livros: i. o volume correspondente ao Vigésimo Nono Curso de Direito Internacional, realizado em 2002; ii. um livro que registra as atas, exposições, debates e conclusões das Jornadas de Direito Internacional realizadas em

dezembro de 2002 em Florianópolis; e iii. *Serie Temática: El Sistema Interamericano (vol. II)*, que contém as aulas ministradas no Curso de Direito Internacional do Rio de Janeiro de 1974 a 2001 sobre vários aspectos relativos ao Sistema Interamericano.

- Informações pela Internet e em CD-ROM

O pessoal do Departamento de Direito Internacional está trabalhando na preparação da página da Internet com informações a respeito das áreas de trabalho do Departamento e sobre as atividades da Comissão Jurídica Interamericana.

- Assembléias Modelos

Os advogados do Departamento de Direito Internacional participaram como consultores do Vigésimo Primeiro Período de Sessões da Assembléia Modelo para Escolas Secundárias, realizado de 1º a 5 de dezembro de 2002 em Washington.

- Participação em foros internacionais

Os advogados do Departamento de Direito Internacional fizeram exposições em diferentes foros, com a finalidade de apresentar informações a respeito das atividades jurídicas desenvolvidas no âmbito da Organização, inclusive: encontros periódicos organizados pelo *Private International Law Group* do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América; sessões de grupos de trabalho da Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado; a reunião anual da *American Society of International Law*; encontros organizados pelo Colégio Interamericano de Defesa das Américas; a sessão de informação para os delegados das Missões Permanentes dos Estados membros junto à OEA; e a Mesa Técnica de Trabalho: Ação Legislativa Regional Centro-Americana contra o Terrorismo.

Tratados Interamericanos e Acordos Bilaterais de Cooperação

Conforme determina o artigo 112, f, da Carta da Organização, a Secretaria-Geral serve de depositária dos tratados e acordos interamericanos, bem como dos instrumentos de ratificação dos mesmos. Da mesma forma, segundo o artigo 112, h, compete à Secretaria-Geral estabelecer relações de cooperação, consoante o que for decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os Organismos Especializados e com outros organismos nacionais e internacionais.

Pela Ordem Executiva N° 96-04, de maio de 1996, concernente à reorganização da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, determinou-se que o Departamento de Direito Internacional atuaria como depositário dos tratados multilaterais interamericanos, função conferida à Secretaria-Geral pela Carta da Organização. O Departamento age como depositário dos acordos bilaterais assinados pelos órgãos da OEA com os Estados americanos ou com outros organismos interamericanos ou entidades nacionais de países membros ou observadores, e também com relação aos acordos assinados entre Estados membros para os quais a Secretaria-Geral tenha sido designada como depositária.

Com referência aos tratados multilaterais interamericanos, zelou-se em 2002 para que se cumprissem as formalidades e procedimentos exigidos para a assinatura e depósito dos instrumentos de ratificação e/ou adesão, para a formulação de reservas e outras declarações, para a denúncia e outros atos jurídicos, como a designação de autoridades centrais com relação aos tratados multilaterais interamericanos. Neste sentido, executaram-se os procedimentos relativos ao recebimento de solicitações apresentadas pelos Estados membros, a revisão dos documentos apresentados (procurações com plenos poderes, instrumentos de ratificação e/ou adesão), a coordenação com o Setor de Cerimonial, com o Gabinete do

Secretário-Geral, com o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e com o Departamento de Informação Pública com vistas às respectivas cerimônias, a elaboração das atas e discursos, o registro do ato e sua notificação aos Estados membros e organismos interessados.

Nesse contexto, prestou-se assessoria jurídica a representantes dos Estados membros e aos órgãos, organismos e demais entidades da Organização no que diz respeito a essas formalidades e procedimentos. No decorrer de 2002, o Departamento de Direito Internacional participou de 37 processos de assinatura e 30 processos de depósito de instrumentos de ratificação e adesão, bem como de um processo de retirada parcial de declarações interpretativas e reservas, de um processo de denúncia e de três processos de designação de autoridade central. Registrou-se também um novo instrumento jurídico, a Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Da mesma forma, prepararam-se autenticações e se forneceram informações atualizadas e completas sobre esses tratados (respectivos textos, relação de assinaturas e ratificações, etc.), por solicitação dos Governos dos Estados membros, Missões Permanentes e Observadores junto à OEA, órgãos, organismos e entidades da Organização, Escritórios nos Estados membros, outros organismos internacionais, governamentais e não-governamentais, e particulares em geral.

Com relação aos acordos bilaterais, registraram-se em 2002, no Departamento de Direito Internacional, 47 acordos de cooperação sobre diversas áreas concluídos nesse período. Na maioria dos casos, efetuou-se a revisão final dos acordos de cooperação bilateral antes da assinatura. A relação completa dos tratados internacionais e dos acordos de cooperação figura como Anexo C deste Relatório.

Secretaria de Mecanismos de Cooperação Jurídica

No período abarcado por este relatório, a Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica continuou desempenhando as funções de assessoramento e secretaria técnica dos órgãos, organismos e entidades da OEA, bem como de suas comissões e grupos de trabalho nas áreas de cooperação jurídica sob sua responsabilidade. Segue-se uma descrição de algumas das atividades representativas desenvolvidas por esta área em 2002.

Prestaram-se serviços de assessoramento e secretaria técnica em tudo que se relaciona com a preparação, realização e seguimento da mais recente reunião de Ministros da Justiça. Elaboraram-se documentos de trabalho sobre temas relacionados com o delito cibernético, a assistência jurídica mútua, a extradição e os meios alternativos de solução de conflitos. A Secretaria participou ativamente da elaboração de propostas de agenda e de ações que poderiam surgir no contexto da reunião.

Desenvolveram-se igualmente atividades de cooperação para cumprir as recomendações ou decisões dessas reuniões; entre aquelas, a consolidação de esforços para organizar a primeira reunião de autoridades políticas carcerárias e penitenciárias e a criação e operacionalização de uma rede eletrônica para o intercâmbio de informações e cooperação entre elas.

Continuou-se a desempenhar as tarefas de Secretaria Técnica do Mecanismos de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Esse mecanismo foi aprovado pelos Estados partes em 4 de junho de 2002, por ocasião do último período de sessões da Assembléia Geral da OEA. A Comissão de Peritos, criada como um dos órgãos do Mecanismo, realizou com êxito suas primeiras reuniões.

Na primeira delas, realizada de 15 a 18 de janeiro de 2002 em Washington, a Secretaria organizou um seminário de indução sobre a forma de operar de outros mecanismos semelhantes que existem neste e em

outros continentes e participou ativamente da elaboração dos seus documentos, que foram apresentados, discutidos e aprovados pela Comissão nessa oportunidade.

Na segunda reunião dessa Comissão, realizada de 20 a 24 de maio de 2000 na sede da OEA, selecionaram-se os temas que serão tratados na primeira rodada de análise, bem como o plano de trabalho para o corrente ano; aprovou-se a metodologia para a análise das disposições selecionadas para análise na primeira rodada, o questionário para recolher informações sobre a implementação das disposições a ser analisadas e a estrutura dos relatórios por país a ser elaborados na primeira rodada, tomando por base para as deliberações os documentos preparados pela Secretaria com este fim. Adotaram-se também as decisões necessárias para dar início à primeira rodada de análise, a qual, em princípio, ocorrerá entre junho de 2002 e o ano de 2004.

Nesta oportunidade, a Secretaria apresentou um documento de trabalho que permitiu à Comissão iniciar a consideração de temas de interesse coletivo relacionados com os sistemas “...de aquisição de bens e serviços por parte do Estado de forma a assegurar sua transparência, equidade e eficiência” a que se refere o artigo III, 5, da Convenção.

Complementarmente, a Secretaria esteve ativamente envolvida no desenvolvimento de atividades de cooperação que permitem apoiar os trabalhos que se processam no quadro desse Mecanismo. Em particular, cabe mencionar as relacionadas com o apoio institucional aos Estados membros para a implementação, no quadro de suas respectivas legislações, da Convenção Interamericana contra a Corrupção, em especial no que se refere às normas penais e às normas constantes do artigo III dessa Convenção. No período abrangido por este relatório, este programa concentrou-se nos países do Caribe; em anos anteriores, participaram os países da América Central e da América do Sul.

Apoio semelhante continuou-se a proporcionar à Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Em apoio aos trabalhos desta Comissão, trabalha-se com os Estados Partes na definição dos pontos de contato para a coordenação das respostas aos questionários elaborados pela Comissão e em todos os assuntos ligados à cooperação para promover a assinatura e ratificação da CIFTA e sua implementação nas respectivas legislações nacionais, bem como nos assuntos relativos à cooperação jurídica no âmbito da CIFTA.

Em cumprimento aos mandatos do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, resolução AG/RES. 1845 (XXXII-O/02) da Assembléia Geral, organizou-se o Terceiro Curso Regional sobre Direito Internacional. O evento teve lugar em 17 e 18 de setembro de 2002 na cidade de Nassau, Bahamas, com a participação dos países da região do Caribe. Foi organizado em coordenação com o *Caribbean Law Institute Center* da Universidade das Índias Ocidentais.

O primeiro desses cursos dirigia-se aos países da região centro-americana e foi realizado em 1999, no Panamá. O segundo teve lugar em março de 2001 em Medellín, Colômbia, com a participação dos países da região andina. Em conexão com o último, foi publicado o livro *El Sistema Interamericano Frente al Nuevo Siglo*, que registra a memória do evento.

Em matéria de Direito Internacional Humanitário, publicou-se o livro sobre a conferência de peritos governamentais, que tratou da análise da aplicação nacional do Direito Internacional Humanitário e das convenções interamericanas correlatas e realizou-se de 6 a 8 de março de 2001 em San José, Costa Rica. Esta conferência integra uma iniciativa regional patrocinada pelo Governo do Canadá, pelo Ministério das Relações Exteriores e Culto, pela Comissão Nacional para a Melhoria da Administração da Justiça da República da Costa Rica e pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Sua principal finalidade

foi promover a aplicação tanto dos tratados de Direito Internacional Humanitário como das convenções interamericanas correlatas, em particular as que se referem à proteção e à segurança das pessoas. Nessa publicação se registram os temas debatidos nessa ocasião.

As atividades de cooperação técnica mencionadas são amplamente divulgadas na página mantida na Internet, cujo valor fica patente pelo crescente número de acessos virtuais registrados. Em matéria de divulgação jurídica, prosseguiu a expansão de redes de intercâmbio de informações sobre cooperação judiciária, delito cibernético e tratados interamericanos.

Nesta área de divulgação jurídica, também se publicaram as últimas convenções aprovadas no âmbito da Organização: a Convenção Interamericana contra a Corrupção; a Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais; a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos; a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; e a Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Subsecretaria de Administração é responsável pelo planejamento, organização, coordenação e supervisão geral das atividades administrativas referentes ao orçamento-programa, à administração financeira, administração de pessoal, aquisição de bens e contratação de serviços, processamento de dados, edifícios e propriedades, comunicações, segurança, ativos e administração dos sistemas e procedimentos da Secretaria-Geral. Nos termos da Ordem Executiva N° 02-7, aprovada em 24 de julho de 2002, os serviços da Subsecretaria são prestados atualmente por intermédio dos Departamentos de Serviços Financeiros; Análise Administrativa, Planejamento e Serviços de Apoio; Serviços de Recursos Humanos; Tecnologia e Serviços Gerais; e de Serviços de Gestão de Compras.

Escritório do Subsecretário de Administração

Os pormenores das atividades da Subsecretaria de Administração explicam-se no relatório de cada um dos cinco departamentos mas, em resumo, figuraram entre as atividades principais a coordenação da renovação completa do Edifício da Secretaria-Geral; a colaboração com os Estados membros para reduzir as dívidas para com o Fundo Ordinário aos níveis mais baixos em mais de dez anos; e a evolução do antigo Serviço de Carreira para o atual Serviço de Contratação Contínua.

Departamento de Serviços Financeiros

A situação financeira da OEA reflete-se nos demonstrativos que se acham no fim deste relatório indicados como Anexo E, que incluem: a) os Subfundos de Operações e de Reserva do Fundo Ordinário, cujo orçamento é aprovado pela Assembléia Geral; e b) os fundos específicos financiados por contribuintes unilaterais ou multinacionais para atividades extra-orçamentárias.

O ano encerrado em 31 de dezembro de 2002

O compromisso dos Estados membros de reduzir os saldos em mora do Fundo Ordinário levou a um nível de liquidez financeira que permitiu à Organização cumprir suas obrigações orçamentárias, financiar totalmente o Subfundo de Reserva e aprovar dotações suplementares.

A situação do Fundo Ordinário melhorou consideravelmente, passando de um superávit de US\$23,1 milhões nos Subfundos de Reserva e de Operações no final de 2001 para um superávit de US\$45,4 milhões no fim de 2002. Este montante é composto por um saldo total de US\$22,1 milhões no Subfundo de Reserva (30% das cotas), US\$20,6 milhões em dotações suplementares e US\$2,7 milhões adicionais de recursos não comprometidos do Subfundo de Operações.

A análise que se segue compara a autorização orçamentária (dotações) da Assembléia Geral e do Conselho Permanente, o financiamento fornecido pelos Estados membros e os níveis de execução no decorrer do ano.

Dotações. No Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral foi autorizada a executar US\$76 milhões, correspondentes ao orçamento ordinário, com atribuição de cotas no valor de US\$73,7 milhões aos Estados membros, e US\$2,3 milhões em outras receitas. Ao encerrar-se o ano, os Estados membros aprovaram US\$20,6 milhões em dotações suplementares.

Financiamento e execução. Até 31 de dezembro de 2002, o Fundo Ordinário arrecadou um total de US\$98,5 milhões, sendo US\$94,4 milhões em cotas dos Estados membros e US\$4,1 milhões em outras receitas. Até encerrar-se o exercício, a Secretaria-Geral havia executado atividades num total de US\$75,9 milhões, ou seja, US\$0,1 milhão abaixo do orçamento aprovado. O resultado final foi um superávit de US\$22,6 milhões.

Impacto financeiro. No início do período, o Fundo Ordinário tinha um total de US\$31,5 milhões em cotas por cobrar e US\$73,7 milhões em cotas de 2002, o que perfazia um total de US\$105,2 milhões. Após receber US\$94,4 milhões em cotas, US\$69,3 milhões em cotas de 2002 e US\$25,1 em cotas de anos anteriores, a dívida dos Estados membros reduziu-se de US\$31,5 milhões para US\$10,5 milhões. No correr do ano, foram efetuadas contribuições aos fundos específicos no valor aproximado de US\$47 milhões.

Conclusão. A Secretaria-Geral tem o prazer de informar que a solidez financeira do Fundo Ordinário foi reforçada com a elevação do Subfundo de Reserva para US\$22,1 milhões, correspondentes a 30,0% das cotas, e US\$20,6 milhões de dotações suplementares, além de um montante adicional de US\$2,6 milhões para cumprir seus mandatos.

Departamento de Análise Administrativa, Planejamento e Serviços de Apoio (MAPSS)

Atividades orçamentárias

Como em anos anteriores, o MAPSS continuou proporcionando serviços de apoio aos chefes de programas no tocante à análise, coordenação e formulação de projetos de orçamento-programa. Além disso, funcionou como secretaria técnica para a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) do Conselho Permanente e para a Comissão Preparatória do período de sessões da Assembléia Geral. Durante a análise e debate do orçamento-programa, expediu relatórios de seguimento sobre o processo que levou ao projeto de resolução sobre o orçamento para o ano de 2003. Com referência à execução do orçamento do Fundo Ordinário para o ano de 2002, o Departamento elaborou relatórios trimestrais e semestrais sobre a situação da execução do orçamento, em cumprimento das Normas Gerais. O ano de 2002 foi muito positivo, pois a arrecadação de cotas, tanto as correntes quanto aquelas em mora, totalizou US\$94,6 milhões, cifra consideravelmente superior à de anos anteriores. Isto permitiu à Secretaria-Geral executar o seu orçamento-programa aprovado em um nível de US\$75,9 milhões, ou 99,8%. O MAPSS continua proporcionando apoio técnico sobre assuntos orçamentários aos Escritórios nos Estados Membros, bem como a outras organizações especializadas e entidades. O Anexo H ilustra o estado da execução orçamentária dos recursos no ano de 2003.

Mandatos da Assembléia Geral

Cumprindo a resolução AG/RES. 1909 (XXXII-O/02), o Departamento manteve uma banco de dados de mandatos, juntamente com outras informações, para ser usada pela Secretaria-Geral a fim de determinar as atividades a empreender durante o ano orçamentário. Cumprindo o artigo 87, alínea a, das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, providenciou-se para as áreas informações em linha sobre os mandatos que abrangem os anos de 1997 a 2001. As áreas deram forma organizada aos resultados dessas atividades, bem como aos vínculos entre os mandatos, às atividades empreendidas e aos resultados obtidos. Por meio do documento CP/doc. 3679/02, a Secretaria-Geral apresentou os resultados do exercício ao Conselho Permanente.

Sistema gerencial da OEA (OASES)

Além de concluir o processo de migração, em fevereiro de 2002, para a versão 11i Web das aplicações OASES, o Departamento, recentemente, coordenou os esforços realizados para atualizar o sistema com sua última versão. As finalidades dessas últimas atualizações eram melhorar a funcionalidade de todos os módulos e manter o sistema OASES em dia com as versões novas. O Departamento também atualizou a plataforma do sistema operacional do OASES de Windows NT para Windows 2000, a fim de aperfeiçoar seu funcionamento. Desenharam-se e instalaram-se as aplicações OASES para possibilitar o acesso de usuários, bem como a conectividade com os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros; e forneceu-se uma extensa gama de relatórios financeiros especializados à comunidade de usuários do OASES, de modo que as áreas pudessem controlar melhor a execução de projetos. Prepararam-se várias soluções para problemas concretos. Atendeu-se às solicitações e preocupações do Grupo de Usuários do OASES e prestou-se apoio técnico permanente para aperfeiçoar e manter o sistema.

Análise administrativa e treinamento

O Departamento continuou a revisar e atualizar os manuais que servem de guia e referência para os diretores de programas e usuários do sistema de informação. Em 2002, realizou-se na sede um total de 62 sessões de capacitação para funcionários sobre todos os aplicativos financeiros e não financeiros do OASES, bem como treinamento no manejo da ferramenta Discoverer para a preparação de relatórios financeiros. Preparou-se um programa de treinamento para os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros e em 2002 um total de 31 funcionários, em 16 Escritórios, foi treinado nos aplicativos financeiros OASES. O plano prevê, para o primeiro trimestre de 2003, o treinamento do pessoal de sete Escritórios no uso do OASES. O serviço para usuários do OASES divulgou informações sobre vários temas importantes relacionados com o sistema, como sua disponibilidade e o calendário de treinamento na sede e nos Escritórios nos Estados membros.

Departamento de Serviços de Recursos Humanos

No ano a que se refere este relatório, o Departamento de Serviços de Recursos Humanos experimentou um substancial incremento nas solicitações de apoio ao conjunto da Secretaria-Geral, que foram atendidas sem aumentar o volume de recursos à disposição do próprio Departamento. De fato, o incremento de recursos nos fundos específicos aumentou o número de funcionários da Secretaria-Geral de 637 para 674 em 2002, enquanto o pessoal deste Departamento continuava limitado a 18 funcionários. Esse quadro provocou sensível aumento no volume de operações correntes executadas neste Departamento, como recrutamento, concurso para preencher vagas, classificação de cargos, concessão de benefícios e renovação de seguros, que ultrapassaram 3.000 nesse ano.

Além do progresso alcançado na eficiência do cumprimento das tarefas regulares, destacam-se a seguir algumas iniciativas especiais mais recentes.

- O Programa de Estágios da Secretaria-Geral continua a crescer, e este ano foram recebidas cerca de 405 solicitações de estudantes, dos quais 173 foram selecionados para estagiar em vários órgãos da própria Secretaria-Geral.
- Este ano, ampliou-se e consolidou-se o processo de avaliação do desempenho de todos os funcionários da Secretaria-Geral. O Departamento continuou dando apoio a supervisores e funcionários em numerosos aspectos do sistema, por meio de assessoramento e treinamento para supervisores em áreas de gestão de pessoal, comunicações, planejamento e outras semelhantes.
- Quanto a programas de treinamento, a Secretaria-Geral continuou reembolsando, até o limite anual de US\$400, os custos de cursos feitos por funcionários fora do horário de trabalho. No ano

de 2001, processaram-se 79 solicitações de reembolso de matrícula e autorizou-se um número correspondente a US\$26.353. Dentro desse mesmo programa, prestou-se assistência no treinamento de vários funcionários dos Escritórios nos Estados membros em cursos de informática, idiomas e gerência, administração de projetos e educação para adultos.

- Como parte dos serviços ao pessoal, a Unidade de Serviços de Saúde deu mais de 4.000 consultas no ano de 2002, e o médico de plantão, contratado por intermédio da Universidade Johns Hopkins, fez 131 exames médicos.
- Prosseguiu a atualização do módulo de Recursos Humanos da Oracle. Nesse período, incorporaram-se aperfeiçoamentos ao sistema de pessoal e concluiu-se a transição da versão 10.7 para a 11i. Também se adiantaram trabalhos para automatizar todos os arquivos de pessoal, o que constituirá um exercício piloto que levará, no fim do processo, à criação de um “depósito de dados” para o conjunto da Secretaria-Geral.
- Neste ano, o Departamento participou ativamente da execução do projeto sobre integração da perspectiva de gênero para a Secretaria-Geral, patrocinado pelo Governo do Canadá, tendo-se cumprido cabalmente as metas traçadas.

Em junho, a Assembléia Geral aprovou a modalidade de Contratos Contínuos em substituição ao serviço de carreira. Além de, constantemente, participar da discussão do projeto de resolução junto aos órgãos políticos e apoiá-la, deu início aos trabalhos do primeiro concurso para esse tipo de contrato, para o que, com assistência da Associação do Pessoal, foi preciso desenhar e pôr em uso formulários e mecanismos para atender às solicitações dos 106 funcionários selecionados. O Anexo D apresenta informações sobre o pessoal da Secretaria-Geral referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2002.

Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais

Projeto de Modernização do Edifício de Serviços Gerais (GSB)

Na iniciativa mais ambiciosa dos últimos 25 anos, o Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais assumiu a responsabilidade pela modernização do Edifício de Serviços Gerais (GSB). Para tanto, reuniu uma equipe multidisciplinar e intra-organizacional que combinava um conjunto de aptidões, conhecimentos técnicos e responsabilidades. As empresas *Group Goetz Architects* e *Davis Construction Corp.* foram selecionadas respectivamente como projetista e empreiteira geral, a fim de tocar o projeto.

As novas instalações proporcionam ao pessoal um ambiente de trabalho bem melhor, com móveis ergonômicos e farta iluminação natural, além de melhor aquecimento e ar condicionado. Destacam-se nas novas instalações a existência de escritórios e salas de reuniões em todos os andares, salas de repouso e depósito de material.

Semelhante projeto exigiu compras de grandes proporções, razão por que o Departamento trabalhou com outros departamentos da Secretaria-Geral, particularmente com o Departamento de Serviços de Gestão de Compras, a fim de efetuar a seleção prévia dos empreiteiros em condições de participar do processo de contratação, levando em conta o tempo necessário até o início das obras.

Para fins de 2002, foram modernizadas as principais infra-estruturas (encanamento central, sistemas elétricos e mecânicos, aquecimento e ar condicionado). Mais de 600 funcionários mudaram-se para os novos escritórios, situados nos andares 4 a 8, e o trabalho de modernização continua no resto do edifício. A transição foi efetuada com um mínimo de interrupções na rotina de trabalho.

Atividades de tecnologia

A modernização do edifício tornou possível à Secretaria-Geral satisfazer suas necessidades de tecnologia para a próxima década, ao atualizar a cablagem, a infra-estrutura central de rede, o centro de cálculo e outros componentes. A infra-estrutura informática foi implementada como parte integrante da modernização dos escritórios e não como um adendo. Definiu-se como prioridade permanente executar a migração de modo eficiente e com um mínimo de interrupção no trabalho do pessoal, o que foi alcançado.

Além disso, mudou-se a topologia da rede da arquitetura de anel (*Token Ring*) para *Ethernet*. Adotaram-se um novo sistema de armazenamento (*Storage Area Network*, ou *SAN*), que substituiu a obsoleta tecnologia Novell, e instalações de apoio centralizado para garantir a segurança e integridade dos recursos informáticos da Secretaria-Geral a longo prazo. A Divisão também modernizou os sistemas operacionais dos servidores, passando para Windows 2000, e o sistema de correio eletrônico, adotando o MS Exchange 2000.

Com a nova estrutura de tecnologia da informação, a Secretaria-Geral aumenta igualmente sua largura de banda de acesso à Internet, para facilitar o uso da nova tecnologia. Com a instalação de uma conexão de laser óptico de 200 MB/segundo, ampliou-se também a capacidade de conexão entre todos os edifícios da OEA, aproveitando a nova infra-estrutura instalada no Edifício da Secretaria-Geral. A Divisão de Informática prolongou também a conexão da Rede Virtual Privada (*Virtual Private Network*, ou *VPN*) até os Escritórios nos Estados membros, a fim de proteger a segurança das operações de dados delicadas. Ademais, apoiou a Missão Especial ao Haiti instalando um sistema sem fio no novo Escritório em Port-au-Prince e uma conexão via satélite do *Hughes Network Systems* para acesso à Internet.

Por último, o Departamento obteve da Microsoft uma licença que lhe permite atualizar os sistemas operacionais, aplicativos, servidores e outros sistemas de forma rápida a baixo custo.

Salão Libertador Simón Bolívar

O Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais também conduziu a modernização do sistema de interpretação simultânea do Salão Libertador Simón Bolívar, no Edifício Principal. Este projeto serviu como piloto para a aplicação de tecnologia a importantes atividades da Secretaria-Geral. O novo sistema é composto de equipamento digital com um moderno sistema de som. Além disso, conta com um sistema de multimídia usado para a transmissão de sinais de DVD, vídeo-cassete, TV e documentos, que se projetam nos monitores colocados na mesa para os delegados, e para o público nas telas de plasma, fixadas nas paredes do Salão.

Departamento de Serviços de Gestão de Compras (DPMS)

Nos termos da Ordem Executiva 02-7, o Escritório do Serviços de Gestão de Compras passou a ser o Departamento de Serviços de Gestão de Compras. Como parte da redistribuição de responsabilidades, a unidade de ativos fixos (códigos de barra) passou a integrar o DPMS, mantendo a responsabilidade sobre todos os ativos fixos, desde sua aquisição, registro e uso na Secretaria-Geral até sua alienação por desuso por intermédio da COVENT (Comissão de Disposição de Material Excedente e/ou Ativos Obsoletos).

No ano 2002, o DPMS gerou, com base em requisições, mais de 25.500 ordens de compra. Isto representa um aumento de aproximadamente 10% em relação ao ano anterior.

Também se envolveu profundamente com a remodelação do Edifício da Secretaria-Geral, desempenhando um importante papel nesse processo, inclusive a preparação dos termos de referência de várias licitações e

a negociação de numerosos contratos. Ademais, envolveu-se na seleção e contratação de construtoras para a renovação da sala onde se encontravam as antigas estantes da Biblioteca e do Salão Libertador Simón Bolívar, no Edifício Principal.

O DPMS negociou e executou contratos com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) sobre a locação de escritórios no terceiro andar do Edifício da Secretaria-Geral. Atualmente, está desenvolvendo com a Cooperativa de Crédito da OEA um contrato de locação que tem por objeto escritórios adicionais no primeiro andar do Edifício. Está também mantendo conversações com o Departamento do Interior do Governo dos Estados Unidos sobre o eventual aluguel do segundo andar do Edifício.